

## **O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CURRÍCULO QUILOMBOLA: uma realidade pedagógica encontrada na Comunidade Negra Paratibe-PB**

Ygor Yuri de Luna Cavalcante<sup>1</sup>  
yurideluna@yahoo.com.br

### **Palavras introdutórias**

Este estudo sobre as contribuições da Geografia Escolar para uma educação quilombola trata da relação Escola e Comunidade Quilombola que envolve duas realidades, tanto o contexto das tensões curriculares do ensino-aprendizagem, quanto os conflitos e contradições resultantes das questões étnico-raciais em um território quilombola urbanizado. Para construir essa narrativa, fez-se necessário realizar um estudo que relaciona a Comunidade Negra Paratibe (CNP) com a escola que atende diretamente seus descendentes quilombolas, a Escola de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro da Silva Machado (EMEFPASSM).

Esta Comunidade Quilombola estudada, segundo Cavalcante (2007), atualmente conta com 130 famílias cadastradas na Fundação Cultural Palmares (FCP) e tem o Certificado de Auto-Reconhecimento emitido por esse órgão governamental, em julho de 2006, além disso, a mesma vem sofrendo com um rápido e agressivo avanço da especulação imobiliária, perdendo grande parte de seu território, com a expansão da malha urbana de bairros e loteamentos populares adentrando seu território.

Quanto à escola pesquisada, está atualmente inserida fora do território da CNP de acordo com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sobre o território quilombola da Comunidade Negra Paratibe (CNP). Sabe-se que o terreno da escola estudada, localizado entre a Rua Jacarandá e/ou Rodovia Estadual PB-008, foi doado pela Diretora Fundadora da referida escola, a educadora Antônia Socorro da Silva Machado, natural de Paratibe, à Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, em 1972, para a construção de uma escola. Atualmente, a EMEFPASSM além de oferecer vagas para o Fundamental I e II durante a manhã e tarde, respectivamente, também oferece vagas para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA) à

---

<sup>1</sup> - Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

noite. Assim, atende crianças, jovens e adultos não só da CNP, mas também de bairros circunvizinhos.

Ao realizar essa análise sobre as contribuições da Geografia Escolar para uma educação quilombola, buscamos, portanto, investigar uma educação que promova uma identidade territorial e étnico-cultural e a superação do racismo por intermédio de uma pedagogia diferenciada para um público diferenciado. Ou como afirma Muniz, trata-se de um:

[...] estudo, que se propõe a refletir sobre as experiências e o processo educativo que o quilombola promove percebendo se o currículo escolar aborda nos conhecimentos sistematizados desenvolvidos, somente a cultura dominante ou as questões raciais reforçando a cultura a que pertencem. E é nesse ambiente de educação que se pretende penetrar para pesquisar sobre a sua ação pedagógica (2011, p. 1).

Para tanto, a concretização dessas experiências e desse processo educativo na pedagogia quilombola parte de um percurso histórico de estudos sobre a África e a influência desse continente nos desdobramentos temporais e espaciais no Brasil, destacando seu papel histórico no processo de construção do território brasileiro e a formação plural do povo e de sua cultura.

Acreditamos ser interessantes algumas provocações ancorada em Callai (2011) que se traduzem em indagações iniciadas com os seguintes termos: como, para quem, para quê e por quê? Ao realizar uma análise geográfica é necessário envolver todos os elementos a fim de guiar uma leitura atenta dos desafios encontrados para uma educação diferenciada de consolidação quilombola e antirracista, para não deixar a discussão aleatória. Essa análise geográfica é realizada a partir da Geografia Escolar, de uma análise social e espacial e de um diálogo interdisciplinar na/da escola. Também nos interessa refletir sobre: quem são as personagens (educadores e educandos) envolvidas nessa trama? Que escola é essa? Que se apresenta como um espaço em que existem problemas e soluções? Em que contexto essas personagens e espaços se configuram?

A presente pesquisa tem como foco central, refletir contribuições da Geografia escolar para uma educação quilombola a partir das práticas escolares vivenciadas em sala de aula nesta escola.

**Experiências metodológicas sobre uma reflexão das contribuições Geográficas na educação quilombola**

Vivenciamos nossa experiência escolar sobre a maneira pela qual o ensino de Geografia foi abordado em sala de aula no ano de 2012 e início de 2013. Nessa experiência pudemos perceber como as aulas de Geografia puderam contribuir para que estudantes quilombolas não apenas fortaleçam a identidade étnico-cultural, mas também a valorização e a preservação de seu território quilombola.

A análise investigativa dos dados colhidos mediante diversas fontes bibliográficas, compreende um amparo a construção teórico-metodológica deste artigo. Em acatamento às escolhas e procedimentos teórico-metodológicos adotados na pesquisa, selecionamos autores que cimentam a discussão teórica a respeito do tema pesquisado.

De acordo com esse entendimento, utilizamos autores que tratam do entendimento de uma educação quilombola, ou mesmo aqueles que trazem contribuições ao ensino de Geografia nas comunidades quilombolas.

Percebemos a necessidade de haver uma explicação capaz de responder se não todas, pelo menos quase todas as inquietações dos educandos, sejam quilombolas ou não, pois eram muitas as dúvidas deles, exigindo uma atenção especial sobre conceitos Geográficos, que como sabemos se trata de um componente curricular para o fortalecimento da identidade território quilombola e para a superação do racismo.

Devemos salientar que o nosso olhar sobre o tema proposto, tanto nas leituras de livros e documentos, quanto nos trabalhos de campo, objetiva a busca de explorar as fontes necessárias para nos permitir analisar o contexto do ensino de Geografia como disciplina escolar, que recorre à ferramenta pedagógica, à compreensão do território na comunidade quilombola estudada.

Utilizamos instrumentos de compreensão teórico-metodológica por intermédio de diversas fontes obtidas a partir da pesquisa bibliográfica, que ampara a construção teórico-metodológica. Quantos aos trabalhos de campo basearam-se na investigação sobre o ensino de Geografia com suas contribuições e sua realidade. Recorremos ao uso de fontes orais em roteiros de entrevistas abertas e entrevistas semiestruturadas para os diferentes sujeitos da pesquisa; recorremos também aos registros iconográficos, como registros fotográficos. Com relação ao uso da oralidade, do ponto de vista metodológico, nos permitiu fazer os registros da participação em reuniões, visitas à escola, de contatos formais e informais com educadores, educandos, direção,

funcionários, pais dos estudantes da escola, lideranças da comunidade, idosos, entre outros sujeitos.

### **Um convite a uma reflexão da realidade encontrada acerca do ensino de Geografia no currículo escolar na Comunidade Negra Paratibe**

A compreensão do papel do ensino de Geografia para a Educação Quilombola requer, a princípio, um entendimento introdutório do que seja essa educação. Para isso partimos da compreensão de Paré, Oliveira e Velloso (2007) de que mesmo com uma educação formal como um mecanismo para uma inclusão social, mas não contempla todos os desdobramentos da sociedade brasileira. Em nossa concepção, é nesse momento que os descendentes de quilombolas surgem com uma procura de seu próprio caminho, necessitando de uma estrutura pedagógica diferenciada, pois é a partir das também das escolas em territórios quilombolas que tem início a discussão sobre qual é o seu papel no cenário político, socioeconômico, antropológico, jurídico, cultural e espacial.

Para dar conta desse desafio, Moura entende que muitas vezes, ainda sustentado pela escola tradicional, as escolas em comunidades quilombolas necessitam oferecer uma educação:

[...] profundamente vinculada às matrizes culturais diversificadas que fazem parte da formação da nossa identidade nacional, deve permitir aos alunos respeitar os valores positivos que emergem do confronto dessas diferenças, possibilitando-lhes ao mesmo tempo desativar a carga negativa e eivada de preconceitos que marca a visão discriminatória de grupos sociais, com base em sua origem étnica, suas crenças religiosas ou suas práticas culturais (2005, p. 76).

Quanto ao papel da Geografia no processo de busca da cidadania pelos quilombolas da CNP, entendemos que tanto como ciência quanto como disciplina, em especial essa última, a Geografia pode dar apoio pedagógico para a educação quilombola, por meio de um currículo comprometido com a realidade geográfica de seus descendentes. A diferença entre elas é que, segundo Anjos a primeira Geografia pode ser interpretada como a ciência do território visto que “[...] expõe a diversidade regional, as desigualdades espaciais e a heterogeneidade da população [...]”, procurando desse modo, tornar o entendimento da dinâmica do mundo e as transformações territoriais compreensíveis aos educandos, para que estes tornem-se sujeitos ativos na produção do espaço e no uso do território (2005a, p.176).

Enquanto disciplina escolar, a Geografia pode ser trabalhada de forma “[...] fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial” (ANJOS, 2005a, p. 176-177), que tem a responsabilidade de apresentar a temática da pluralidade cultural, tanto no que tange ao processo de ensino, quanto às características de diferentes grupos étnicos e culturais dos territórios existentes na sociedade brasileira, e do mesmo modo contribui para diferenciar:

[...] as espacialidades das desigualdades socioeconômicas e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, ou seja, possibilita ao aluno um contato com um Brasil de uma Geografia complexa, multifacetada e cuja população não está devidamente conhecida. (ANJOS, 2005a, p. 177).

Para isso, se faz necessário ter um referencial teórico para ler o espaço a partir da escola, considerando os conteúdos da disciplina Geografia, a realidade escolar e do ambiente onde os educandos moram, as características dos mesmos e os mecanismos disponíveis que podem auxiliá-los na leitura da realidade em que estão inseridos.

É importante perceber a relação do papel da escola com a comunidade quilombola e as correlações desta com aquela, como fatores de um diálogo permanente. A Geografia escolar aqui, como componente curricular da escola, é uma ferramenta teórico-metodológica que procura entender essas relações espaciais e suas reflexões sobre a sociedade humana.

Preocupado com as transformações socioespaciais que interferem na identidade quilombola, Anjos afirma que “a questão dos remanescentes de quilombos no território brasileiro não pode ser tratada com ações episódicas, pontuais e nem envolvida por conflitos de atribuições institucionais”, portanto, é a educação o ponto norteador “[...] para alterar o quadro de desinformação da população brasileira no que se refere ao lugar insignificante a que os contextos afrobrasileiros têm sido relegados em quase todos os sistemas e níveis de ensino” (2005b, p. 176).

Ao retomar a discussão sobre a promulgação da Lei 10.639/03, Santos (2009a) nos fala de uma releitura para o espaço escolar de forma interdisciplinar e não apenas conteudista, que indubitavelmente contribua para rever conteúdos que romпам e superem valores permeados de preconceitos e estereótipos negativos aos afrodescendentes e quilombolas, rever currículos que questionem a hegemonia do currículo oficial eurocêntrico, rever leituras precavidadas da diversidade das relações

raciais no qual o negro e quilombola apareçam como sujeitos transformadores e importantes na formação territorial e na sociedade brasileira, rever práticas pedagógicas que busquem inovações de ensino-aprendizagem, rever posturas políticas-ideológicas ao tratar de mecanismos antirracistas e de identidade étnico-cultural, rever conceitos e rever paradigmas no sentido de construir uma educação antirracista, de diversidade e de igualdade racial voltada para estudos de matriz africana de modo a permitir uma compreensão mais esclarecida das relações raciais, por meio de um olhar espacial.

Essas revisões, segundo Santos, apontam para que educadores da disciplina Geografia iniciem uma preocupação com a problematização dessa Lei, com seus desdobramentos para o ensino de Geografia ligado a aspectos de questão racial, o que necessita de uma reflexão sobre a própria Lei, das tensões de estruturar o ensino de Geografia e das leituras espaciais das relações raciais no país de forma crítica.

[...] reflexão crítica acerca de como essas questões são tratadas dentro do ensino de Geografia, no intuito de que este saber, fundamental na construção de visões de mundo e comportamentos e posicionamentos, contribua com o projeto de 'educar para a igualdade racial' (2009a, p. 22).

Santos também chama a atenção para o que denomina de 'marca lógica' da lei 10.639/03 e do ensino de Geografia, da interpretação sobre o que é (e o que deve ser). Essa lei representa atualmente o principal recurso educacional de combate e de superação do racismo, no qual reposiciona o negro e as relações raciais na educação em uma ação prática de denuncia contra o racismo (2011, p. 4). A Lei 10.639/03 enquanto prescrição do currículo pode vir a se transformar em uma prática, ou não, pois a diferença entre currículo prescrito e currículo praticado nos faz refletir os processos interpretativos da lei, que não quer dizer que garanta na prática uma educação antirracista.

O ensino de Geografia assume aqui o papel de 'educar para a igualdade racial', a partir de como é realizado, para que é realizado e quais as condições e desafios que as práticas de ensino de Geografia podem contribuir. A Geografia escolar que os educandos estão acostumados a vivenciar em sala de aula resulta em uma visão de mundo muitas vezes determinista, assimilando a noção que ainda se tem dos continentes de forma homogênea: se for negro, sempre a África, se for branco, sempre a Europa, se for amarelo, sempre a Ásia e se for indígena, sempre as Américas.

A visão de mundo que Santos (2009a) propõe, como o Sistema-Mundo Moderno, demanda alguns elementos de referências espaciais que permite superar essa

visão determinista, como a associação de grupos raciais a região, com suas formas culturais, sociais, econômicas, como a divisão de mundo desenvolvido, em desenvolvimento e subdesenvolvido, idealizado enquanto um caminho único a ser seguido, como a “monocultura” temporal e espacial quando não existe uma linearidade no percurso histórico e como a difusão cartográfica que supere sua antiga estrutura baseada no tecnicismo e no cartesianismo.

Os elementos que Santos expõe aqui comprovam a dimensão significativa que a Geografia escolar pode contribuir:

[...] para a construção de referências de leitura do mundo que conferem poder a indivíduos e grupos nas múltiplas interações de leitura. Têm papel crucial nas relações raciais, no racismo e nas desigualdades raciais que se constroem e aparecem no plano das interações cotidianas entre indivíduos e grupos, na construção da lógica e comportamento de instituições, na definição do acesso aos bens materiais e simbólicos da sociedade (2011, p. 12).

As contribuições não se restringem nessa construção de referências espaciais e na interpretação do racismo e das desigualdades raciais, mas também em desmistificar a naturalização de práticas escolares consideradas racistas na configuração das desigualdades sociorraciais. A Lei 10.639/03 e o ensino de Geografia lançam luz na visão de mundo, tanto por intermédio da inserção de conteúdos, mas principalmente, da revisão de conteúdos.

Correa, ao tratar das ‘geo-grafias quilombolas’, procura construir um discurso de que esse ensino pode oferecer “[...] uma grande importância para desconstruir as normas pelas quais essa narrativa da modernidade se impõe como hegemônica [...]” (2011, p. 38) e assim tecer uma reflexão sobre a história oficial linear de sujeitos ocultos ou inexistentes, como o caso dos descendentes quilombolas em que, é apresentado “[...] enquanto único, localizado em um determinado momento da história, é apropriado e incorporado dessa forma pelo discurso hegemônico e também midiático.” (p. 39).

O ensino de Geografia também pode contribuir para a formação do ser humano por meio de uma reflexão sobre seu sentido de aprender/ensinar, com a construção de referenciais de posicionamento com que o sujeito se insere nos seus espaços sociais no mundo. Essa contribuição geográfica pode ser compreendida como elemento fundamental para a educação escolar, cujo papel se mostra no enfrentamento e superação das desigualdades raciais e do racismo.

Para a concretização do aprender e do ensinar Geografia, Santos entende que é necessário saber sobre seu objetivo por intermédio do que se pretende numa perspectiva de:

[...] 'se posicionar no mundo': (i) conhecer sua posição no mundo, e para isto o indivíduo precisa conhecer o mundo; (ii) tomar uma posição neste mundo, que significa se colocar politicamente no processo de construção e reconstrução deste mundo. Se posicionar no mundo é, portanto, conhecer a sua posição no mundo e tomar posição neste mundo, agir. Saber Geografia é saber onde você está, conhecer o mundo, mas isto serve fundamentalmente para você agir sobre este mundo no processo de reconstrução da sociedade: se apresentar para participar (2009b, p. 27).

Desse modo, percebemos a importância da tomada de posicionamento no mundo. O educando termina por conhecer a estrutura sócio-política-econômica e posicionar-se a partir da sua realidade espacial, que expressa a constituição do seu lugar. Esse lugar de sentido racista define a escala social e a hierarquia do indivíduo e do grupo a que o sujeito tem pertencimento étnico-racial. O pertencimento do grupo quilombola é constituído majoritariamente pela pobreza, pela subalternidade dos interesses públicos e privados.

Nessa discussão, compreendemos que as estruturas espaciais da sociedade são construídas por relações raciais e a Geografia pode contribuir para que o educando possa ver e se posicionar de maneira distinta, uma vez que, o racismo como desdobramento da ideia hierárquica de raça, permite compreender que as desigualdades sociais estão intimamente vinculadas à brutalidade de mecanismos de aglutinação, de renda e de riqueza que os padrões das relações raciais brasileiros determinam. O racismo impede e/ou dificulta dessa forma, que os sujeitos tenham acesso à cidadania, negando-lhes o ingresso na educação diferenciada.

Chamamos a atenção para o tema *racismo*, que aparece como uma dominação de ordem natural e obrigatória, o que distorce a realidade e invalida a presença e a luta dos grupos que se concretizam como elementos espaciais, como os descendentes quilombolas. É importante que o ensino de Geografia, ao discutir com os educandos quilombolas sobre as lutas dos afrodescendentes pela sua sobrevivência no Brasil, deve ensiná-los a lutar, a desmascarar uma realidade geográfica e histórica antes ocultada, e evitar que esses educandos quilombolas tenham que viver na inércia e na ignorância.

O sistema de ensino oficial brasileiro observado por Anjos ainda se refere aos povos negros e aos descendentes quilombolas como algo do passado, com seus espaços marginalizados na história e na sociedade. Mesmo esses povos contribuindo com a



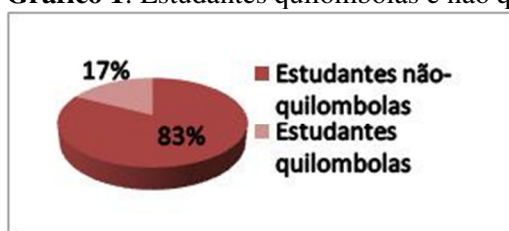
geografia e com a história do país, mas “[...] o negro brasileiro ainda não conseguiu adquirir condições mínimas de um cidadão” (2005a, p. 174).

Desse modo, chama a atenção para a preocupação dos docentes que deve estar voltada para os materiais didáticos utilizados, de maneira que trate de temas não esclarecidos o suficiente pelos meios mais convencionais, no caso, o livro didático, e que essa confecção de materiais didáticos seja realizada em conjunto entre educadores e educandos.

Além do material didático e da Lei 10.639/03, outro aspecto importante se deve ao educador, muitas vezes com uma formação eurocêntrica sem nenhuma formação acerca do tema, representando um despreparo nas práticas escolares referentes aos estudos africanos, assim como material pedagógico que, muitas vezes, são ineficientes, sobre esse assunto. Anjos (2005b) destaca a postura do educador de Geografia em relação ao currículo trabalhado na escola. Esse currículo deve ter uma postura dinâmica para que possa atender as novas demandas da sociedade, cuja escola faz parte e que possibilite uma formação sempre atualizada.

No estudo de caso realizado na EMEFPASSM, foi realizado um questionário semi-estruturado a fim de compreender melhor o perfil sócio-racial dos estudantes quilombolas, para isso procuramos saber quantos estudantes quilombolas estavam frequentando o ensino fundamental II. Constatamos o total de 258 educandos matriculados no turno da tarde, sendo que desses 213 não são descendentes quilombolas, o que representa 83%, e 45 são de famílias descendentes de quilombolas de Paratibe. Segundo a diretora da escola isto representa 17 % desse total, no entanto, só conseguimos entrevistar 43 educandos quilombolas, conforme gráfico 1, a seguir:

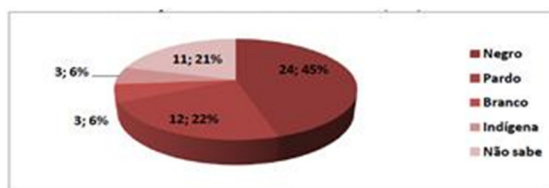
**Gráfico 1:** Estudantes quilombolas e não quilombolas do turno da tarde (2012)



Organização: CAVALCANTE, Y. Y. L,  
Fonte: Trabalho de campo (2012).

Dentre esses estudantes quilombolas que responderam ao questionário semi-estruturado sobre a autoidentificação étnico-racial, constatamos que a maioria se identificou como negro ou mestiço, conforme o gráfico 02, a seguir:

**Gráfico 2:** Grupos étnico-raciais entre os estudantes (2012)

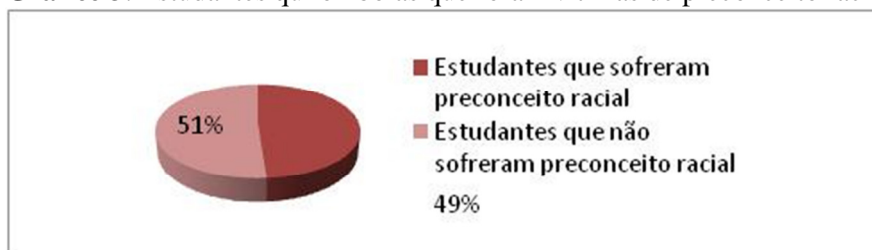


Organização: CAVALCANTE, Y. Y. L

Fonte: Trabalhos de campo (2012).

A vitimização em virtude do preconceito racial também foi abordado. Sobre esta questão, constatamos que, dos 43 educandos entrevistados, 21 diz ter sido vítima dessa atitude por colegas dentro da escola ou em outras ocasiões, no entanto, fica uma inquietação, esses educandos que alegaram não terem sofrido preconceito racial, será que não perceberam que foram vítimas desse preconceito? O Gráfico 03 a seguir mostra o perfil encontrado:

**Gráfico 3:** Estudantes quilombolas que foram vítimas de preconceito racial (2012)



Organização: CAVALCANTE, Y. Y. L

Fonte: Trabalho de campo (2012).

A pouca ou escassa leitura dos educadores de Geografia da EMEFPASSM sobre educação quilombola dificulta o objetivo da contribuição que a Geografia escolar pode trazer para a temática quilombola e antirracista, pois essa falta de formação termina por complicar o avanço dessa nova modalidade de ensino, na qual poderia atender as comunidades quilombolas, especialmente, como já estudamos, em uma realidade que já vem marcada pelo processo de urbanização, desmatamento, redução de seu território e desvalorização de sua memória e de seus valores.

Todavia, mesmo com deficiências teóricas sobre o tema e divergências políticas entre colegas de trabalho, isto não impossibilitou que alguns educadores, incluindo a de Geografia, e membros da direção, tentassem construir essa modalidade de educação a partir de práticas educativas que dessem fundamentação metodológica para o desenvolvimento teórico e prático dessa nova demanda curricular.

Essa manutenção de suas fronteiras territoriais é parte da valorização da identidade territorial quilombola e do combate ao racismo, no qual, mantém um vínculo histórico, geográfico, cultural, político, étnico e racial direto com o continente africano.

A manutenção territorial de Paratibe vem permitir a continuidade da existência material e imaterial desse grupo social como elemento estratégico na sociedade brasileira.

Por isso a necessidade de massificar a importância da África em todo o Ensino Fundamental II. A África vem aqui para dar sentido à origem desse grupo social e permitir a continuidade dos seus ancestrais nesses territórios quilombolas, que são uma espécie de porções do continente africano em solo brasileiro. A análise sobre a África neste momento parte de contribuições de autores que discutem a importância de se trabalhar o continente africano em sala de aula e sua ligação com os seus descendentes no Brasil.

Fundamentamos-nos inicialmente nas aulas sobre o continente africano mediante a similaridade do continente africano com o Brasil e nas comunidades quilombolas, em especial no quilombo Paratibe, se dá por aspectos naturais e humanos como “[...] o tropicalismo, pela pujança do meio natural, pela multiplicidade cultural e religiosa.” (SERRANO, 2010, p. 13).

Nas aulas de Geografia, durante todo o período de investigação, percebemos que os conteúdos que foram destacados nos anos escolares contribuíram para uma educação diferenciada, se apresentaram como estratégia nas relações raciais no espaço social. Tais conteúdos como espaço, paisagem e lugar ou temas como ‘ler’ mapas e compreender a Região Nordeste como primeira região que deu início a formação territorial e populacional brasileira, sempre foram relacionados à CNP ao mesmo tempo fazendo referência ao continente africano.

No entanto, foram nos 9º anos escolares que a disciplina Geografia tratou com mais afinco temas importantes para interpretar a realidade quilombola. Tratando de conceitos utilizadas pela educadora e elucidados de forma didática, procuraram responder se não a todas, pelo menos a parte das inquietações dos educandos, sejam quilombolas ou não, pois eram muitas as dúvidas deles, exigindo uma atenção especial sobre esses conceitos. Como espaço exercido pelo poder desigual e por interesses conflitantes com suas características culturais e étnicas, o território e a territorialidade foram conceitos que chamaram a atenção e foi motivo de participação e interesse, em especial pelos educandos quilombolas.

### **Considerações para reflexão**

Por fim, devemos salientar que mesmos com todos esses conteúdos e temas que foram conversados em sala de aula com os educandos quilombolas ou não em todo o Ensino Fundamental II, percebeu-se a necessidade de ampliar os referências teóricas e metodológicas e os posicionamentos políticos e ideológicos, e não ficar restrito exclusivamente aos livros didáticos e ao currículo oficial, tratando de temas importantes ao fortalecimento da identidade territorial quilombola de forma esporádica e espaça.

Debates como a formação da população brasileira, a cultura afrodescendente, as relações entre a África e o Brasil, o conceito de território étnico, se mostra como elementos de base identitária para as comunidades descendentes quilombolas, seja qual for, nesse caso a CNP, que são territórios formados por comunidades de grupos afrodescendentes, que resistiram contra a colonização e atualmente lutam por posicionamento e participação nas decisões políticas para o seu grupo social e/ou grupo étnico.

A Geografia escolar em meio a esse contexto político e educacional vem tentando contribuir dentro dos seus limites constatados na escola, uma participação efetiva e sólida. Mais ainda, que incentive de forma permanente suas contribuições para a implementação de uma educação quilombola. Desse modo demonstrou nesta experiência que seu papel nos estudos étnico-raciais, culturais e em comunidades tradicionais, pode contribuir para que os educandos conheçam a realidade da sua escola e de seu território quilombola, nos fazendo acreditar que suas contribuições não devem ser diferentes em outras escolas quilombolas e em outras que atendem educandos oriundos de territórios quilombolas no Estado da Paraíba ou até mesmo no Brasil.

#### **Referências bibliográficas:**

ANJOS, R. S. A. dos. A África, a Educação Brasileira e a Geografia. In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**– Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005b.

\_\_\_\_\_. A Geografia, a África e os Negros Brasileiros. In: MUNANGA, K. (Org) **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005a.

CALLAI, H. C. Apresentação. In: CALLAI, H. C (Org). **Educação geográfica: reflexão e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

CAVALCANTE, Y. Y. L. **Paratibe: herança quilombola e reorganização do espaço agrário-PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia de Graduação em Geografia) Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2007.

\_\_\_\_\_. **O ensino de geografia na educação quilombola:** experiência na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia Socorro da Silva Machado - Comunidade Negra Paratibe, PB / (Dissertação de Mestrado em Geografia) Ygor Yuri de Luna Cavalcante.-- João Pessoa, 2013.

CORREA, G. S. **Conteúdos possíveis a partir da Lei 10.639:** as geo-grafias das comunidades remanescentes de quilombo no território brasileiro. Tamoios. Ano VII. Nº 1, p. 37-50, 2011.

MOURA, G. "O Direito à Diferença". In: MUNANGA, K. (Org). **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNIZ, R. T. **A pedagogia no quilombo.** Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.4, n.3, Pub.3, Julho, 2011. Disponível em <http://www.itpac.br/arquivos/Revista/43/3.pdf> Acesso em janeiro de 2012.

PARÉ, M. L.; OLIVEIRA, L. P. de; VELLOSO, A. D'Aqui. **A educação para quilombolas:** experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga do Engenho II (GO). Cad. Cedes, Campinas, Vol. 27, n. 72. p. 215-232, mai/ago, 2007. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br/caderno/cad/cad72.htm](http://www.cedes.unicamp.br/caderno/cad/cad72.htm) Acesso em julho de 2011.

SANTOS, R. E. dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639/03. In: SANTOS, R. E. dos. (Org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais:** o negro na Geografia do Brasil. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009a. p. 21-40. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

\_\_\_\_\_. **Refletindo sobre a Lei 10.639:** possibilidades e necessidades do ensino de Geografia a partir de um tensionamento do Movimento Negro. EGAL 2009b.

\_\_\_\_\_. **A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia:** Construindo uma agenda de pesquisa-ação. Tamoios. Ano VII. Nº 1, p. 4-24, 2011.

SERRANO, C. **Memória D'África:** a temática africana em sala de aula. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.